



Programa de Governo

Estado do Espírito Santo

agosto/2018

MANATO 

PROGRAMA DE GOVERNO GOVERNADOR MANATO 17

#meuEspíritoSanto

Esse Programa de Governo foi escrito em grande parte por mim. São as minhas ideias para o Espírito Santo. Projeto que fui criando ao longo de toda uma vida e que se intensificou depois que entrei para a carreira política. São 16 anos trabalhando em prol do meu Espírito Santo, conversando com pessoas, visitando lugares e conhecendo, bem de pertinho, as necessidades e os sonhos de cada um.

Logicamente que ouvi profissionais de alguns setores, pedi conselhos, para tentar colocar neste papel, um esboço do que pretendemos fazer na prática, no dia a dia de uma gestão estadual.

No entanto, ainda, precisamos ouvir todos os segmentos que trabalham para o desenvolvimento deste nosso Estado e, como em um quebra-cabeças a ser montado, aperfeiçoar nossas ideias com um foco único: o bem-estar dos capixabas e a construção de um Espírito Santo melhor.

Tenho certeza, que desta forma, construiremos um Programa de Governo factível de ser colocado em prática e, se Deus quiser, o melhor Programa de Governo de todo o País.

Desta forma, e, humildemente, apresento este Programa para ser discutido com a sociedade capixaba. Vamos aceitar todas as sugestões construtivas, modificações para o bem comum. Como todos sabem, a vida nos ensina, e eu bem sei que este Programa aqui apresentado, é apenas um pequeno pedaço do que pretendemos fazer em nossa gestão. Quero aprender a cada dia, para construir um Espírito Santo onde, cada capixaba e cada pessoa que aqui vier, sintam orgulho de estar e morar nesta terra que nasci e amo verdadeiramente.

ESPÍRITO SANTO ACIMA DE TUDO, DEUS ACIMA DE TODOS!



Governador Manato 17

O GOVERNADOR

Cumprir o que determina a Constituição Federal, Estadual e as leis deste Espírito Santo e do Brasil.

Exercer o mandato de modo a estar presente em locais de grandes demandas para a sociedade, como hospitais, escolas, obras e ruas.

“Não ficarei preso dentro de gabinetes. Irei para as trincheiras. Preciso ver tudo in loco para conhecer de perto a realidade. Esse será meu governo, o governo nas ruas”, disse Manato.

O VICE-GOVERNADOR

A Constituição Estadual do Espírito Santo, 1989, em seu Parágrafo Único, do Capítulo II, do Poder Executivo, fala das atribuições do Vice-Governador, que, “além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei complementar, auxiliará o Governador do Estado sempre que por ele for convocado para missões especiais”.

Além disso, o vice-governador acumulará um papel importante nas funções do Executivo, ouvindo e dialogando com toda a classe empresarial do Estado e do Brasil. Agirá desta forma, para que o Executivo tenha todas as informações necessárias para encontrar soluções no setor empresarial, dando condições, também, de geração de trabalho e renda para os capixabas.

“Nosso vice-governador, Rogério Zamperlini, é empresário do setor de autopeças. Não tem negócios com o Executivo. É pessoa honesta, íntegra e de família e não tem pretensões políticas futuras e, tenho certeza, irá neste mandato até o fim”.

REFORMA ADMINISTRATIVA

Corte de 20% das Secretarias de Estado, das subsecretarias e dos cargos comissionados, preservando as áreas de saúde, educação e segurança.

O perfil do secretariado será, preferencialmente técnico. Deverá ter compromisso com a população e ser ficha limpa. Caso seja político, deverá ter um compromisso moral com o mandato, garantindo o equilíbrio laboral do Executivo, concordando em não se candidatar a cargo eletivo no ano de 2020.

O secretariado só utilizará carros oficiais para tarefas ou compromissos inerentes ao cargo público e de interesse público. Não será permitido o uso de veículos oficiais para o percurso da residência para o trabalho e vice-versa ou qualquer outro percurso que não seja de interesse público. Esta norma valerá, também, para instituições, autarquias e empresas públicas.

Discutir com todas as categorias de servidores e com os sindicatos sobre as contas do Estado, no intuito de dar mais conhecimento e transparência, àquele que trabalha em prol do bem público e para a sociedade capixaba.

Realizar estudo minucioso, nos meses de dezembro, para que o servidor tenha reajuste de perdas salariais, em decorrência da inflação anual.

Valorizar o servidor público, por meio de capacitação, treinamentos e medidas que não onerem a folha de pagamento.

“Iremos valorizar o servidor público, mas não com promessas vagas. Não sou demagogo. Terei boa vontade em dialogar com todos os meus colaboradores e, juntos, encontrar uma solução para eventuais problemas. Com a economia do enxugamento da máquina, pretendo investir na valorização dos servidores com capacitação e treinamentos. Entretanto, cuidarei do dinheiro público com mãos de ferro e serei o servidor público número UM do Estado do Espírito Santo”.

Realizar um estudo minucioso, com realização de auditorias, para observar o crescimento da receita e, desta forma, ver a possibilidade de recomposição salarial para os servidores.

Corte de 20% dos servidores que servem ao Palácio Anchieta e à residência oficial da Praia da Costa.

Ficará proibida a compra de alimentos perecíveis, bebidas alcólicas e refrigerantes para a residência oficial da Praia da Costa. A alimentação nesta residência será custeada pelo próprio governador. Os funcionários que servem esta casa receberão tíquetes alimentação.

Ficará permitida a compra de material de higiene, limpeza e reparos para a residência oficial da Praia da Costa.

Será proibido, auxiliares de serviços gerais, copeiros (as), cozinheiros (as), garçons, garçonetes, trabalharem na residência oficial do governador aos sábados e domingos e feriados. A carga horária destes servidores será de 44 horas semanais, de segunda a sexta-feira. Caso necessite utilizar a residência nestes dias, o governador custeará seus próprios empregados.

No dia 2 de janeiro de 2019 uma comissão formada pelo Ministério Público, por um policial civil e um policial militar, acompanhado pela imprensa fará uma fiscalização na residência oficial da Praia da Costa e todos os itens alimentares que estiverem dentro desta residência serão retirados e transferidos para o Palácio Anchieta.

Realizar um levantamento dos gastos da máquina administrativa, identificando pontos de desperdícios e compra de produtos considerados supérfluos.

Será instalado ponto eletrônico digital no Palácio Anchieta e na residência oficial da Praia da Costa para que o governador marque sua presença com a digital, no local em que estiver dando expediente. Em serviços externos, comprovará presença por meio de fotos, assinaturas ou comprovantes de comparecimento.

“Antes de tudo, sou médico e há 16 anos trabalho na Câmara dos Deputados, em Brasília e tenho orgulho em dizer que sou um deputado assíduo. São 13 anos consecutivos sem falta, sendo que a última vez que estive ausente em uma sessão, foi no enterro do meu pai. Não tenho receio algum em ser fiscalizado, pois sei que estou lidando com o bem público. Quero levar para o Executivo essa minha boa conduta e transparência que sempre imprimi no Legislativo”.

Criação da **Casa dos Prefeitos e Vereadores** que trabalhará no acolhimento e atendimento a prefeitos e vereadores. Os municípios terão projetos viabilizados pelo governo do Estado, por meio de convênio com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Espírito Santo (Crea). Os projetos serão padronizados e encaminhados a cada Prefeitura para análise. A proposta é seguir um padrão de projetos de quadras esportivas, unidades de saúde, escolas e creches, entre outros, que serão adaptados a cada realidade municipal, para captação de recursos e estadual e federal, bem como a utilização de recursos próprios.

PROGRAMA SEGURANÇA, ORDEM E SAÚDE (SOS) ESPÍRITO SANTO

SEGURANÇA

O Comandante Geral da Polícia Militar do Espírito Santo será escolhido respeitando os critérios de hierarquia, disciplina e antiguidade e não será escolha da preferência única do governador. Entretanto, deverá, este militar, não estar respondendo a nenhum processo, seja administrativo ou penal. Caso ocorra mais de um militar com a mesma patente, no mesmo grau hierárquico, haverá debates e uma eleição, para indicação do nome que o governador irá nomear. Tendo o único compromisso no ato da nomeação, o escolhido apresentar um projeto para atuação da Polícia Militar no Estado.

Respeitar o Regulamento da PMES para promoção de praças e oficiais.

“É inadmissível quebrar uma hierarquia constituída e solidificada nas Forças Armadas, na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros para atender um pedido político, até mesmo

de um governador. Não admito isso e não quero ter policial amigo, quero, antes de tudo, ser amigo da polícia”.

Fortalecimento das delegacias com infraestrutura física, equipamentos, material administrativo e humano, principalmente nas delegacias especializadas no apoio à mulher, para o combate efetivo ao crime de feminicídio.

A Assembleia Legislativa do Espírito Santo aprovou Projeto de Lei de Anistia Administrativa aos Policiais e Bombeiros Militares do Estado do Espírito Santo, e encaminhou ao Governo do Estado em 14 de maio de 2018, concedendo anistia das penalidades e procedimentos administrativos impostos aos militares em razão da crise de segurança ocorrida em fevereiro de 2017. Respeitando as leis aprovadas pela Ales, esta lei será sancionada pelo governador.

Valorização do Policial Militar, atribuindo condições de trabalho em todas as suas ações e, principalmente, no patrulhamento ostensivo.

Reorganização e humanização do atendimento do Hospital da Polícia Militar (HPM).

Realização de concursos públicos regionalizados para a carreira militar, para aumentar e completar o quadro de efetivos.

Realizar estudos para redução do curso de formação de soldados e, após sua posse, o soldado terá à disposição cursos de capacitação que serão oferecidos em horários alternativos, quando estarão em suas folgas.

“A ideia é realizar concursos por região do Estado para que o cidadão que nasceu naquela localidade trabalhe para a sua região, sem com isso ter que se deslocar para outro ambiente, distante de sua família e amigos ou, mesmo, seja transferido à revelia do governador ou do comandante geral. Exceto por permuta ou casos excepcionais, o policial não será transferido até que tenha 10 anos de atividade profissional”.

Discutir com a PM o retorno da Ronda Ostensiva Tática Motorizada (Rotam), que foi extinta no Espírito Santo, em 2017 e do Batalhão de Missões Especiais (BME).

Intensificar ações da Polícia Militar em blitz em todo o Estado, utilizando o apoio do Núcleo de Operações, Transportes Aéreos (Notaer). Em caso emergencial, o efetivo aposentado poderá, também, ser convocado para esta função.

Estudo para a criação de uma companhia ou batalhão para atuar nas divisas do Espírito Santo e o fortalecimento desta polícia de divisas.

Buscar parceria com a Presidência da República para reforçar o policiamento nas divisas do Espírito Santo.

Serão realizados estudos, se necessários, para a criação de uma companhia independente que reforçará as ações de policiamento ostensivo das divisas.

“Esse item será motivo de estudo e diálogo com a categoria. Mas, o que sabemos de fato é que vamos aumentar o efetivo nas divisas do Estado. Não podemos permitir que o Espírito Santo fique vulnerável à ação de bandidos vindos de outros Estados. Além disso, entendo que esse efetivo inibirá, também, o tráfico de drogas e de armas, dando um pouco mais de segurança à população capixaba”.

Criação do **Projeto Servidor da Segurança**, voltado para os policiais civis, militares e bombeiros para financiamento da casa própria. O banco do Estado do Espírito Santo, Banestes será parceiro para auxiliar esses profissionais adquirirem sua casa própria. O governo do Estado criará uma linha de crédito de 100% do valor do imóvel junto ao Banestes, onde os servidores da força de segurança pública terão uma taxa que será menor que as praticadas pelos bancos federais. Assim, essa categoria poderá adquirir imóveis que não ultrapassem a porcentagem de 30% do salário bruto e terão 35 anos para quitar o financiamento. Em caso de falecimento no cumprimento do dever de proteger a sociedade, a dívida será quitada por um seguro que será pago junto com a prestação das parcelas do pagamento do imóvel, mas, em carnês diferentes para que não incida juros ou aumento no valor da prestação.

*“Os servidores da Segurança também terão um seguro de vida subsidiado, vinculado ao Banestes para que, caso venham a sucumbir **no cumprimento do dever**, esse seguro não só cobrirá as despesas totais do enterro e de custas médicas, como também, será*

no valor de 15 vezes o salário bruto do servidor, para que a família possa se reestruturar e possa ser assistidas, também, por psicólogos para superar a perda”.

ORDEM

Respeito aos Poderes Legislativo e Judiciário e às instituições públicas e privadas.

Respeitar, de acordo com a Constituição Federal, em seu Art. 2º, “São poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”, as ações da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Ministério Público, as Corporações e as instituições privadas ou públicas como poderes autônomos e harmônicos.

Respeitar a Constituição Estadual, na autonomia funcional, administrativa e financeira, destes órgãos, não fazendo o governador qualquer ingerência para escolhas de membros de Comissões Transitórias e Permanentes e da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Espírito Santo.

Os desfiles cívicos voltarão a ser realizados na Capital do Estado.

Trabalhar com o apoio e acompanhamento dos órgãos de fiscalização e, qualquer irregularidade apontada, será amplamente investigada e punida no rigor da lei.

Fortalecimento da Secretaria de Controle e Transparência (Secont) e ampliar os órgãos Ouvidoria e Corregedoria, buscando junto com a população denúncias e informações para melhoria dos órgãos públicos do Estado.

Aprimorar os mecanismos de controle, por meio de convênios com a Polícia Federal, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado e outros órgãos, visando melhor aproveitamento dos recursos públicos.

SAÚDE

Criação de força tarefa, com a utilização de hospitais públicos, filantrópicos, organizações sociais, hospitais privados, cooperativas médicas, dentre outros, para atendimento a pacientes de urgência e emergência, que estão dentro de hospitais há vários dias esperando uma cirurgia e/ou que estão em casa para fazer um segundo procedimento.

O mesmo procedimento será utilizado para realização de cirurgias eletivas.

Realizar campanhas de orientação à população mostrando que a primeira porta do SUS são as Unidades de Atenção Básica nos bairros das cidades capixabas. Sem a consulta nas UBS, o paciente não consegue entrar na Regulação para atendimento de consultas especializadas, cirurgias ou qualquer outro atendimento no SUS.

Comprar exames eletivos de alta complexidade (ressonância magnética, tomografia e outros), utilizando o preço da tabela do SUS como referência.

Realizar uma parceria bipartite com os municípios para avaliar a demanda reprimida de ressonância magnética, tomografia e outros. O município ficará responsável por fazer uma auditoria nos exames necessários, o transporte e a alimentação dos munícipes.

Realizar força tarefa da saúde, a exemplo das cirurgias de cataratas, glaucoma e prevenção do câncer de mama. A ideia é chegar ao fim do mandato com finalização das filas.

Para dar celeridade aos procedimentos, os exames poderão ser realizados aos sábados, domingos, feriados e à noite.

“Esse será um projeto piloto e não faremos obras faraônicas, antes de cuidar da saúde da população capixaba. Minha meta é realizar isso nos seis primeiros meses de governo”.

“A saúde no Brasil enfrenta o gargalo da Lei 8.666/93 para realização de licitações, seja para compra de medicamentos, equipamentos e até produtos de higiene básica. Por isso, nossa saúde está judicializada. Quem sofre, sempre, é a população de baixa

renda, que não pode pagar um plano de saúde e depende da consulta pelo SUS e da distribuição de remédios nas farmácias cidadãs. Apesar disso, faremos todas as licitações do executivo com total transparência e com acompanhamento dos órgãos de fiscalização. É sempre bom lembrar que a tolerância com a corrupção será zero nas ações do Executivo”.

EDUCAÇÃO

Utilizar bons projetos educacionais que já estão implantados com sucesso no Estado, a exemplo das escolas em tempo integral, a chamada Escola Viva.

Manter o apoio das instituições privadas nos financiamentos de projetos para a Escola Viva.

Criar um grupo de estudos com educadores, juntamente com a Polícia Militar e o Exército para conhecer e avaliar a implantação de escolas militarizadas, no Espírito Santo, podendo ser construídas ou adaptadas dentro de outras escolas já constituídas.

Dialogar com a categoria para que possamos conhecer prioridades e sugestões de ações em prol da educação dos nossos alunos.

“Os bons projetos que já estão implantados no Estado terão incentivos e não receberão outros nomes. Serão tocados e, em alguns casos, adaptados às novas realidades do País e do Estado”.

Aperfeiçoar a política de valorização contínua da categoria.

Incrementar programa de formação inicial de professores.

Incrementar programas de formação em gestão e liderança.

Incrementar programa de alfabetização de adultos, garantindo também atendimento de qualidade no período noturno para o aluno trabalhador.

Será instituída nas escolas, a obrigatoriedade de, pelo menos uma vez por semana, a formação dos alunos para cantar o Hino Nacional Brasileiro.

Discutir com educadores a implantação da disciplina Moral e Cívica nas escolas.

Estudar a viabilidade de criação do **Projeto Escoteiros na Escola** que será instituído nas escolas públicas estaduais, em parceria com a União dos Escoteiros do Brasil, seção Espírito Santo, para a introdução de conceitos e comportamentos de companheirismo, disciplina, meritocracia e ecologia. Essa integração se dará em sala de aula e, também, fora do horário escolar.

Instituir o **Projeto sem Ideologia de Gênero** nas escolas públicas estaduais. Os alunos menores de 16 anos não poderão ser expostos a abordagens de professores e livros didáticos sobre o comportamento sexual adulto.

Instituir o **Projeto Escola sem Partido** nas escolas públicas estaduais que serão proibidas, assim como seus professores e pedagogos, de fazerem doutrinação a qualquer partido políticos, bem como utilizarem livros que remetem ao assunto do comunismo e marxismo. Será proibido, também, o uso de roupas, pelos educadores, que manifestem suas convicções políticas ou personalidades políticas e de criminosos.

ESPORTE

Apoiar, efetivamente, as escolinhas de esportes no Estado.

Fortalecer o Projeto Campeões do Futuro, que já atende 45 mil crianças.

Buscar convênios com o Conselho de Estadual de Educação Física para criação de escolinhas esportivas nas áreas de alta vulnerabilidade social.

Equipar com infraestrutura básica as escolinhas de esporte filantrópicas (de associações de bairro, igrejas, etc), os campos de várzeas em bairros da Grande Vitória e em todos os municípios do Estado.

Criar o programa Intercâmbio Esportivo para compra de passagens, para que os atletas capixabas possam representar o Espírito Santo em competições nacionais e internacionais.

Em parceria com a iniciativa privada, Findes, Fecomércio, com o Espírito Santo em Ação, o Sebrae e empresários que queiram participar, criar amplos projetos factíveis para o incentivo ao esporte capixaba.

Implantar em presídios de baixa periculosidade ou com internos em cumprimento de pena no regime semiaberto, oficinas para produção em alta escala, de material esportivo, sejam eles: bolas, coletes, uniformes, traves, redes, alambrados, dentre outros itens.

Trabalhar em parceria com o Judiciário para que as penas alternativas sejam transformadas em materiais esportivos, que serão distribuídas para instituições esportivas filantrópicas cadastradas.

Apoiar e manter programas para a formação de atletas de alto rendimento, a exemplo do Bolsa Atleta.

“O esporte também terá uma atenção especial. É inadmissível ver projetos mirabolantes nesta área sem nenhuma efetividade. Sei que a educação e o esporte são as grandes oportunidades para muitas crianças e jovens ter dignidade de vida. Por isso, quero trabalhar bons projetos dentro dos bairros, estimulando nossas crianças e adolescentes ao estudo, pois sem estudar não terão direito a frequentar as escolinhas e a não seguir o caminho das drogas”.

INFRAESTRUTURA E INFRAESTRUTURA URBANA

Cobrar da Concessionária ECO 101, grupo que administra a BR 101 no Espírito Santo, o cumprimento do contrato original.

Cobrar da Rodosol uma solução definitiva para conter os altos índices de suicídios, não pode continuar como está, pois, interfere na mobilidade urbana de toda Grande Vitória.

Juntamente com a bancada federal capixaba, cobrar do governo federal, a duplicação da BR 262 até a cidade de Vitor Hugo, em Marechal Floriano, ampliando posteriormente até Venda Nova do Imigrante, a longo prazo até a divisa. Podendo ser utilizada emenda impositiva.

Realizar recuperação de trechos das rodovias estaduais e no Caminhos do Campo, em municípios em que houver necessidades, antes de começar novos projetos na área.

Realizar estudos para tentar implantar o projeto BRT.

Realizar estudos de viabilidade do sistema aquaviário.

Intensificar as Parcerias-Público-Privada (PPP's) de saneamento básico.

TURISMO

Incentivar o turismo de entretenimento, de negócios e o agroturismo.

Participação de todo o trade turístico nas realizações de projetos e ações para o setor.

Ampliar programa de adequação da sinalização turística no Estado.

Promover o turismo, a cultura e receptividade do Espírito Santo em ações conjuntas com o Convention & Visitors Bureau.

CULTURA

Incentivo à cultura regional e a culinária capixaba.

Criação de campanhas de divulgação da moqueca capixaba, da torta capixaba do congo, dentre outras manifestações culturais do Estado.

Valorização do artista capixaba, priorizando contratação em feiras, shows e eventos culturais do Estado e dos municípios.

ÁREA SOCIAL

Realizar uma grande parceria com as prefeituras e empresas para capacitação de pessoas, incentivando o profissionalismo e, assim, gerar mais renda para as famílias.

Realizar estudos nas regiões do Estado, para identificar necessidades específicas de capacitação de mão de obra.

Realizar parcerias com as prefeituras para melhorias na infraestrutura dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas), dentro dos limites orçamentários.

Intensificar projetos na área social para acolhimento e tratamento de usuários de drogas, com o foco no crack. Em conjunto com as prefeituras, havendo dotação orçamentária, criar projeto de acolhimento de ex usuários de drogas, com apoio de instituições do Sesc, Senac e Sebrae, para capacitação profissional e de profissionais do esporte e empresas que poderiam aproveitar esses ex usuários.

Criação do **Projeto Restauração da Cidadania**, destinado a pessoas que sofreram perdas com desastres naturais, como temporais, deslizamento de barreiras e pedras, entre outros, em parceria com as Prefeituras. O cidadão que teve, comprovadamente pela Prefeitura, ação social e defesa civil, perda de sua residência (seja proprietário ou inquilino), ou mesmo, com móveis, eletrônicos, eletrodomésticos, dentre outros, terão abertura de um crédito pré-aprovado pelo Banestes para a compra dos bens. Os juros serão subsidiados com 6 meses de carência e com 48 prestações totais de quitação.

Em parceria com a Prefeitura, tentaremos isenção do IPTU daquele exercício fiscal e, caso os danos tenham acontecidos nos últimos quatro meses do ano fiscal, a isenção será transportada para o ano fiscal seguinte.

Em parceria com a EDP e Cesan, não serão cobradas as taxas mínimas de luz e água e esgoto, bem como a taxa de recolhimento de lixo, enquanto o imóvel estiver fechado ou em reconstrução.

Criação do **Projeto Restauração do Cidadão Produtivo**, destinado aos comerciantes e industriais que sofreram perdas com desastres naturais, como deslizamento de barreiras e pedras, entre outros, comprovado pelos órgãos da Prefeitura, ação social e Defesa Civil, terão isenção do imposto do ICMS, em qualquer comércio do Estado, ou mesmo, adquirir de fornecedor fora do Estado.

Em parceria com a Prefeitura tentaremos isenção do IPTU daquele exercício fiscal e, caso os danos tenham acontecidos nos últimos quatro meses do ano fiscal, a isenção será transportada para o ano fiscal seguinte.

Em parceria com a EDP e Cesan, não serão cobradas as taxas mínimas de luz e água e esgoto, bem como a taxa de recolhimento de lixo, enquanto o comércio ou indústria estiverem fechados ou em reconstrução.

As empresas terão 6 meses de carência para começar a pagar os impostos do ICMS, para que o empreendedor possa conseguir se capitalizar e gerar renda, empregos e impostos.

“O governo do Estado viabilizará financeiramente os projetos Restauração da Cidadania e Restauração do Cidadão Produtivo e contará com 1,5% do valor dos royalties, que serão geridos pelo Banestes e colocado à disposição para a população via financiamento”.

TRABALHO, RENDA E EMPREENDEDORISMO

Promover a ampliação de vagas em projetos de qualificação profissional.

Incentivar projetos para capacitar o cidadão para o empreendedorismo.

Ampliar a participação das micro e pequenas empresas nas compras públicas.

Assegurar o acesso de financiamento para projetos inovadores.

Apoiar o empreendedor por meio de programas para a micro e pequenas empresas.
Expandir linhas de crédito de programas para micro e pequenos empreendedores.

AGRO SUSTENTÁVEL

Promover, incentivar e valorizar as Agricultoras e Agricultores na capacitação e no uso de práticas agropecuária sustentáveis, com o uso eficiente dos recursos naturais (água e solo), Agroecologia e sistemas de produção de alimentos saudáveis e de qualidade por meio de parcerias público-privada com implantação de processos e ferramentas gerenciais simples e eficientes para fortalecer o setor produtivo.

Promover e fortalecer a Agricultura Familiar responsável pela produção de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos capixabas.

Promover um sistema de atendimento rápido e eficiente das demandas do setor agropecuário na área de Pesquisa e Inovação, Assistência Técnica e Extensão Rural, Comercialização e Marco Legal para o fortalecimento da competitividade da produção capixaba de alimentos nas diversas cadeias produtivas de origem vegetal e animal.

Promover a melhoria das condições de segurança e qualidade da comercialização da pesca artesanal capixaba.

Incentivar a agroindústria capixaba e implantar sistemas de rastreabilidade da produção de alimentos.

Promover e incentivar a interação e integração do sistema agricultura com parcerias institucionais na área do associativismo e cooperativismo, capacitação no meio rural e gestão das propriedades rurais.

Investir na comunicação (telefonia rural), eletrificação rural, estradas rurais e educação para garantir a mobilidade e melhoria da qualidade de vida no meio rural.

Criação do **Projeto Sol para Todos**, destinado à produção de energia fotovoltaica nas propriedades rurais e urbanas. O governo do Estado incentivará os proprietários e agricultores a utilizar a instalação de equipamentos para geração de energia solar no Estado.

Os bancos do Estado, Banestes e Bandes, irão estudar a retirada da exigência que proíbe as empresas que desejam importar equipamentos fotovoltaicos diretamente do fabricante, já homologados pelo Imetro. Com essa medida, resultará em redução de custos de até 20% para o consumidor final.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse Projeto de Governo não está fechado ou finalizado. Estamos tratando da vida de um Estado e, desta forma, podem ocorrer mudanças ou acertos de percurso, como acontece nas nossas vidas. Então, outros projetos estão sendo detalhados, para que o mais breve possível, apresentar a toda a sociedade capixaba.

Estamos trabalhando com total transparência e ética nos processos que envolvem a gestão pública do Espírito Santo. Por isso, estamos nos unindo a profissionais competentes e não vamos aguardar o resultado da eleição para indicar Secretários de Estado.

Muda Espírito Santo!